

Millennium **#21** Setembro 2024

AGRO NEWS

Em análise

Principais fileiras agrícolas em números

Opinião

CAP – Fileiras Agrícolas à Lupa

CONFAGRI – O Setor Agroalimentar Nacional:
Números, Conclusões e Necessidades

Notícias

AGROSEMANA 2024 – Espaço Agroalimentar com a marca Millennium

Com o apoio do Millennium bcp, ANPROMIS promove debate:
"A evolução da agricultura portuguesa nos últimos 60 anos"

FATACIL 2024 – Conferência "ESG – Ambiente e Sustentabilidade"
conta com a participação do Millennium bcp

pág.

03

Editorial

A nossa total
disponibilidade!

pág.

05

Em análise

Principais Indicadores
Nacionais

Principais Fileiras
Agrícolas em números

01.

Culturas temporárias

02.

Culturas permanentes

03.

Estatísticas agrícolas 2023

pág.

22

Opinião

CAP
Fileiras Agrícolas à Lupa

CONFAGRI
O Setor Agroalimentar
Nacional: Números,
Conclusões e
Necessidades

pág.

27

Notícias

AGROSEMANA 2024
Espaço Agroalimentar
com a marca Millennium

Com o apoio do
Millennium bcp,
ANPROMIS promove
debate: "A evolução da
agricultura portuguesa
nos últimos 60 anos"

FATACIL 2024
Conferência "ESG
– Ambiente e
Sustentabilidade"
conta com a
participação do
Millennium bcp



A nossa total disponibilidade!



O início do mês de setembro foi pródigo na apresentação de Relatórios na União Europeia (UE), deixando a próxima Comissão Europeia (CE) a ferver de opções para a ação que vai ter que desenvolver nos primeiros cem dias de mandato.

O relatório do ex-Primeiro Ministro italiano e anterior Presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mário Draghi, sobre o futuro da competitividade europeia, apresenta um conjunto de propostas para uma nova política económica e industrial, com o objetivo de colocar a Europa a recuperar a vantagem competitiva perdida para a China e para os Estados Unidos da América.

Para tal, aponta para a mobilização de montantes nunca vistos, com base no modelo dos fundos Next Generation, pela emissão de instrumentos de dívida comuns, destinados ao financiamento de projetos de investimento conjuntos que aumentarão a competitividade e a segurança da UE, alavancando um esforço de 750 a 800 mil milhões de euros anuais.

Para a investigação e inovação vai mesmo mais longe, identificando a necessidade de duplicar o orçamento europeu para 200 mil milhões de euros no próximo ciclo de 2028 a 2034, até porque, está subentendido, toda esta realidade já compreende a adesão da Ucrânia.

Mas, com lucidez, Draghi também deixa recados aos decisores pedindo mudanças na governança europeia, fazendo referência à burocracia e à inércia, identificando até alguns casos concretos onde a execução está aquém dos objetivos, como sucede no Horizonte Europa, tornado num programa de difícil acesso e a reclamar mudanças.

Em paralelo, também há poucos dias, a CE divulgou um outro relatório final com as conclusões do Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na UE, entregue a Ursula von der Leyen por Peter Strohschneider, responsável pelo Grupo de Trabalho que o elaborou.

O relatório “Uma perspetiva partilhada para a agricultura e a alimentação na Europa” contém uma avaliação a desafios e oportunidades, culminando com um conjunto de recomendações repartidas em cinco grandes pilares de orientação.

Caberá à próxima CE interpretar as propostas deste documento para que, num ambiente de participação tão vasto quanto possível, procure o diálogo e os consensos nos stakeholders do setor agroalimentar e promova a reflexão sistemática para os objetivos estratégicos de tornar os sistemas agroalimentares mais sustentáveis, resilientes e competitivos.

Por cá, aguardam-se notícias de Bruxelas à proposta do governo português para a reprogramação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC). O Ministério da Agricultura definiu como principal prioridade o aumento do rendimento dos agricultores, dos produtores florestais e dos pescadores, sem diminuir o investimento.

José Manuel Fernandes destaca uma opção estratégica para os jovens agricultores (a média de idade dos nossos agricultores está acima dos 64 anos) com majorações para os que estejam em exclusividade, mas admite que só a partir de 2026 tal seja exequível, dado que no Pedido Único (PU) de 2025 ainda existirão ajudas de Estado.

É uma equação difícil, no fecho de um quadro comunitário e abertura de um novo, dado que o governo pretende reorientar cerca de 60 milhões de euros anuais em auxílios de Estado pedidos à CE, atacando a suborçamentação nos ecorregimes, sabendo-se que essa verba transitará do primeiro para o segundo pilar como cofinanciamento à agricultura e produção integrada.

Esse montante seria apenas uma parcela da equação, não fossem os compromissos já assumidos com o PEPAC e a pouca margem de manobra que se antecipa para introduzir diferentes opções estratégicas.

Com este pano de fundo avançamos nesta edição, e em colaboração com a Agro.Ges, dedicando espaço aos grandes números que fazem a nossa agricultura e alimentação, numa base de comparabilidade que muitas vezes nos escapa quando se aborda o setor primário.

É justamente esta avaliação dos vários indicadores comuns que se torna relevante quando analisamos o recente resultado das Estatísticas Agrícolas de 2023, divulgadas pelo INE. Para a sua interpretação convidámos quem está no mundo rural e representa milhares de associados: a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal e a CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas.

No Millennium, reiteramos a intenção (já manifestada em outras ocasiões) de disponibilidade total para refletir e decidir sobre a criação de um novo instrumento financeiro no âmbito do PEPAC que, especificamente, apoie os Jovens Agricultores ou o desenvolvimento do Plano Nacional de Regadios ou que ainda, mais genericamente, suporte outras opções que reforcem o investimento do segundo pilar da PAC.

Contem connosco!

João Nuno Palma

Vice-presidente da Comissão Executiva

No Millennium, reiteramos a intenção de disponibilidade total para refletir e decidir sobre a criação de um novo instrumento financeiro no âmbito do PEPAC que apoie os Jovens Agricultores.





EM ANÁLISE

Nesta edição, solicitámos à nossa parceira AGRO.GES um olhar atento aos grandes números que caracterizam a agricultura e alimentação nacional, numa base de comparação, que muitas vezes escapa quando se aborda (ou debate) o setor agroalimentar. A recente publicação das Estatísticas Agrícolas de 2023, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), reforçaram a importância desta análise mais pormenorizada sobre os indicadores das principais culturas temporárias e permanentes, apresentada nas próximas páginas.

AGROGES

Principais Indicadores Nacionais

Culturas Temporárias

273.357 hectares de área
excluindo as culturas
forrageiras

4 milhões de toneladas
de produtos originários
das culturas temporárias

Culturas Permanentes

764.912 hectares de área
conjunto de 18 culturas
que representam 92% da área
de culturas permanentes

3,2 milhões de toneladas
de produtos com origem
nas culturas permanentes

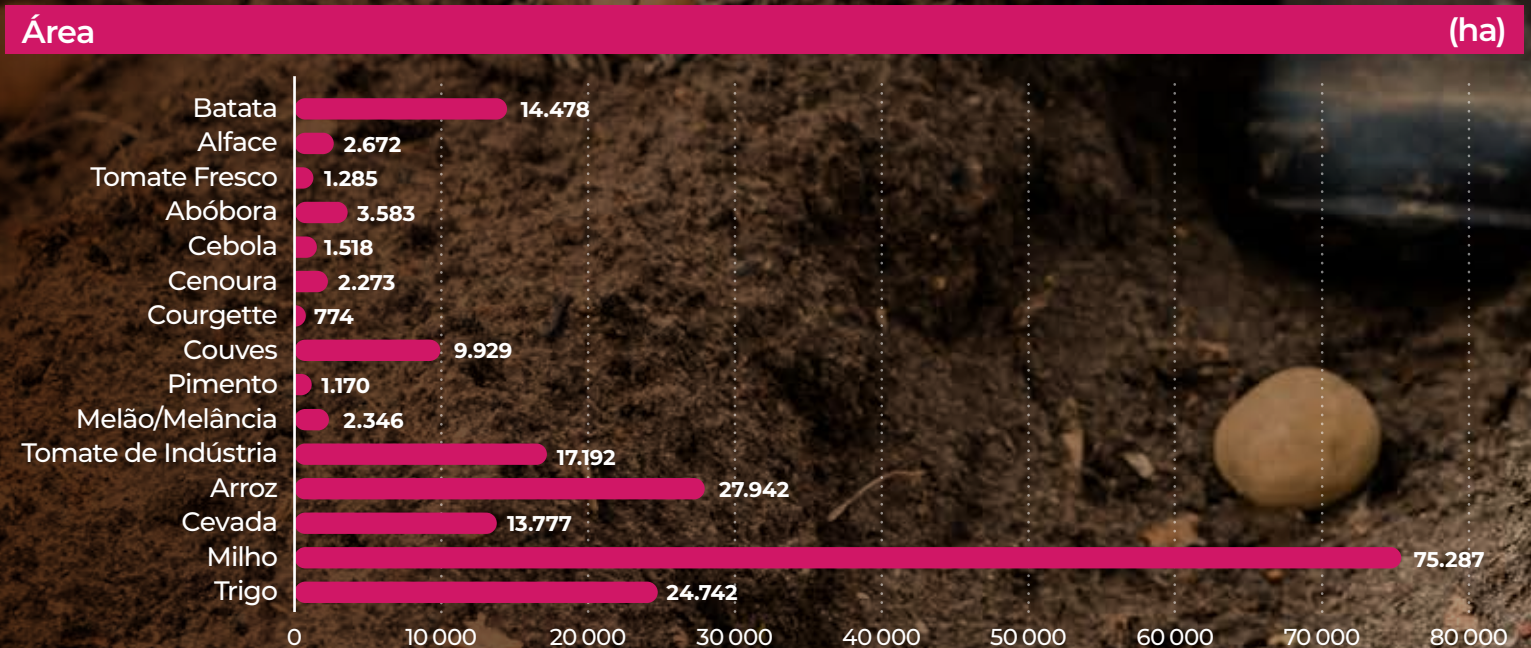
01. Culturas temporárias

Área

Em 2023, a área de culturas temporárias em Portugal foi de 273.357 ha, excluindo as culturas forrageiras. As culturas representadas no gráfico abaixo significam, praticamente, 3/4 do total desta área. Destacam-se os cereais, nomeadamente o Milho, Arroz, Trigo e Cevada, o Tomate de Indústria e a Batata, com 28%, 10%, 9%, 5%, 6% e 5% respetivamente, totalizando quase 2/3 da área de culturas temporárias em Portugal.

A área não representada no gráfico é constituída, essencialmente, pelos outros cereais para grão e as outras hortícolas.

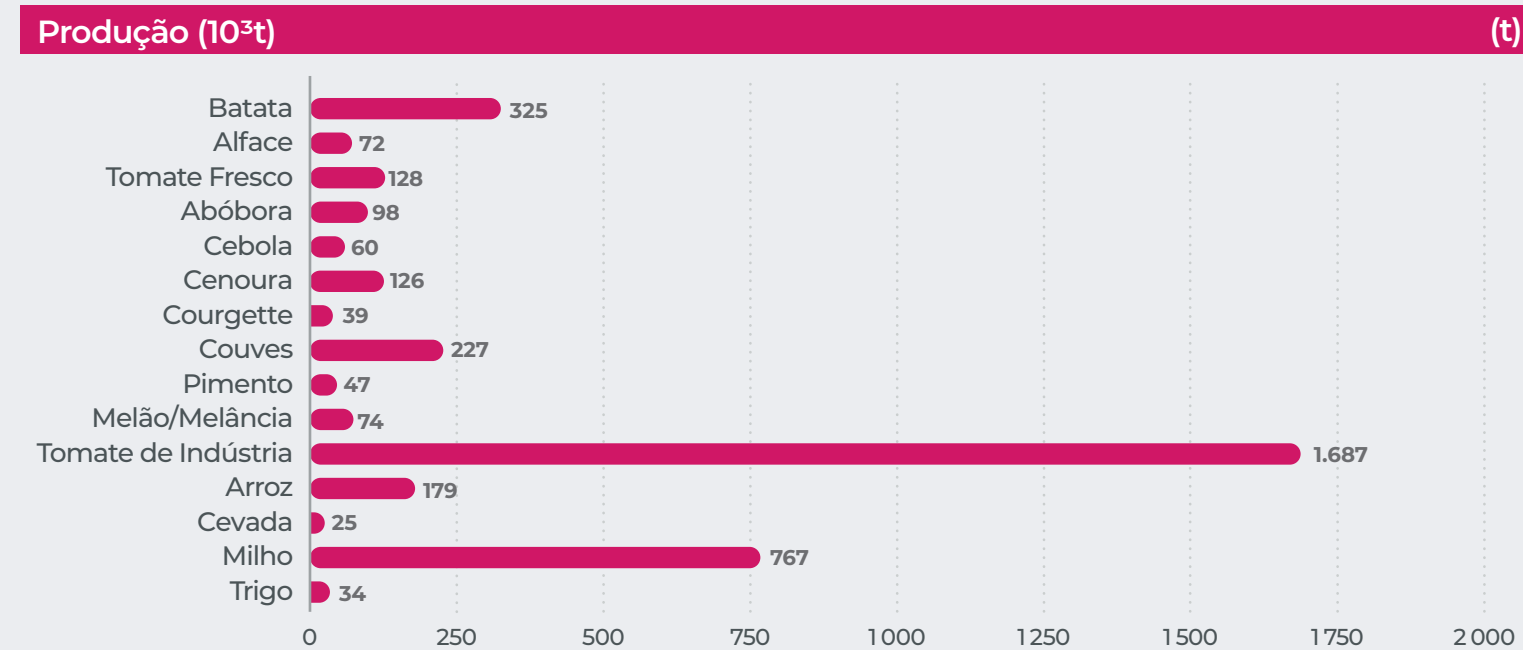
Destaca-se ainda o decréscimo da área de culturas temporárias, com uma quebra de 4% relativamente ao ano anterior, à exceção das culturas forrageiras. Contudo, algumas culturas contrariaram a tendência geral, nomeadamente a Cevada, o Tomate de Indústria e algumas hortícolas, nomeadamente a Alface, a Cenoura e o Pimento.



* Fonte: INE e AGROGES

Produção

Portugal produziu mais de quatro milhões de toneladas de produtos com origem nas culturas temporárias aqui analisadas.

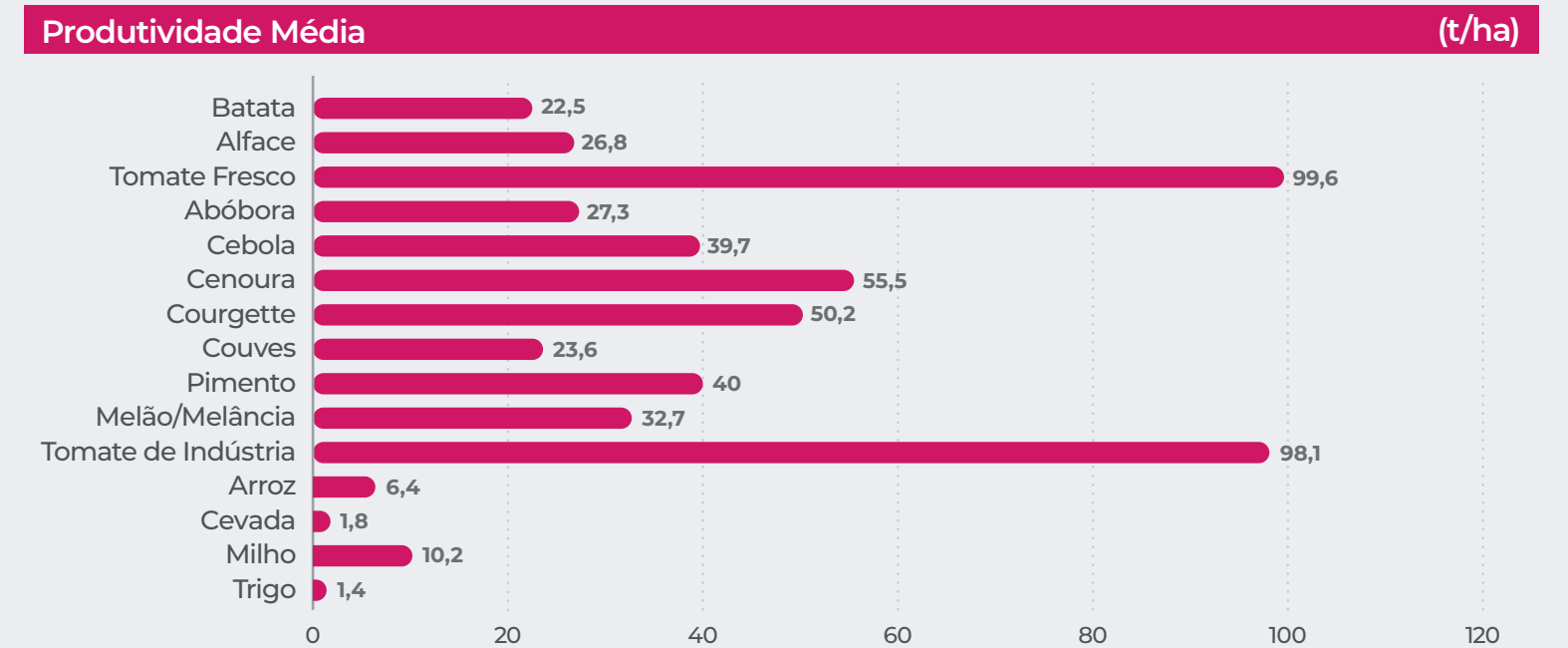


Os valores apresentados não se podem comparar entre si, uma vez que têm comportamentos completamente distintos dependendo da cultura, da área produtiva e do potencial produtivo de cada uma.

Contudo, realçam-se o Tomate de Indústria, o Milho e a Batata que, em conjunto, produzem mais de 2/3 da produção nacional de produtos com origem em culturas temporárias, onde se destaca o Tomate de Indústria, resultante do seu imenso potencial produtivo.

Produtividade

A produtividade, definida pela produção por unidade de área, é muito variável de cultura para cultura.



No gráfico acima é possível observar a produtividade média nacional das culturas temporárias aqui analisadas, em 2023, onde se destacaram as produtividades das culturas do Tomate, que segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), foram perto de 100 t/ha, tanto para o fresco como o de indústria.

Depois do Tomate, surgem todas as outras hortícolas, destacando-se a Cenoura, a Courgette e a Cebola, com produtividades médias entre as 40 e as 60 t/ha.

Comparativamente aos cereais, medido depois de seco e que registou produtividades como o Milho com 10 t/ha, o Arroz com 6,4 t/ha e a Cevada e o Trigo com 1,8 e 1,4 t/ha respetivamente, todas as hortícolas apresentaram produtividades superiores.

Contudo, é de realçar o facto do gráfico acima nos mostrar produtividades médias nacionais, pelo que não é representativo do potencial da cultura.



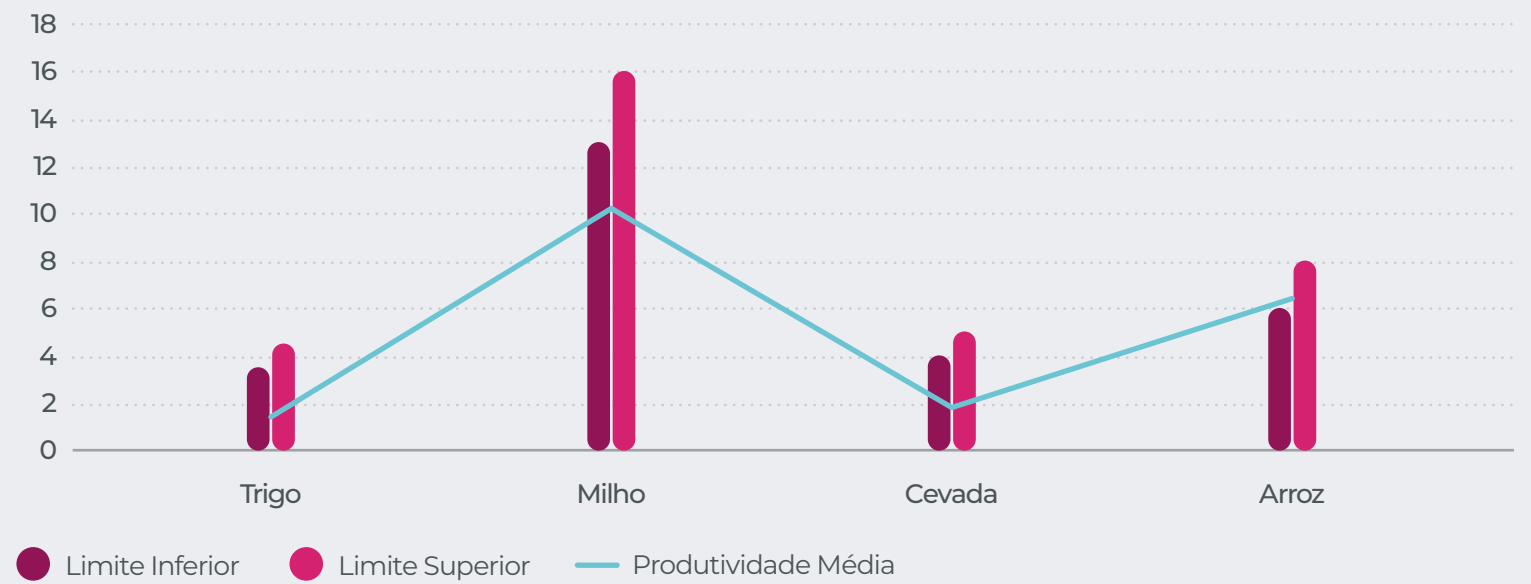
No caso dos cereais, geralmente, considera-se como potencial da cultura produtividades bastante superiores às médias, como se pode verificar no gráfico ao lado. Com exceção do Arroz, todos os cereais demonstraram produtividades médias nacionais atingidas inferiores àquilo que se pode considerar como o limite inferior do potencial produtivo das culturas.

No que às hortícolas diz respeito, apenas na Batata o comportamento foi semelhante, tendo-se atingido uma média nacional inferior ao limite inferior do potencial produtivo. Este fenómeno resulta da existência de dois tipos principais de Batata: a Batata de consumo e a Batata de Indústria, sendo esta última bastante mais produtiva do que a primeira, e à qual correspondem os valores indicados no gráfico ao lado.



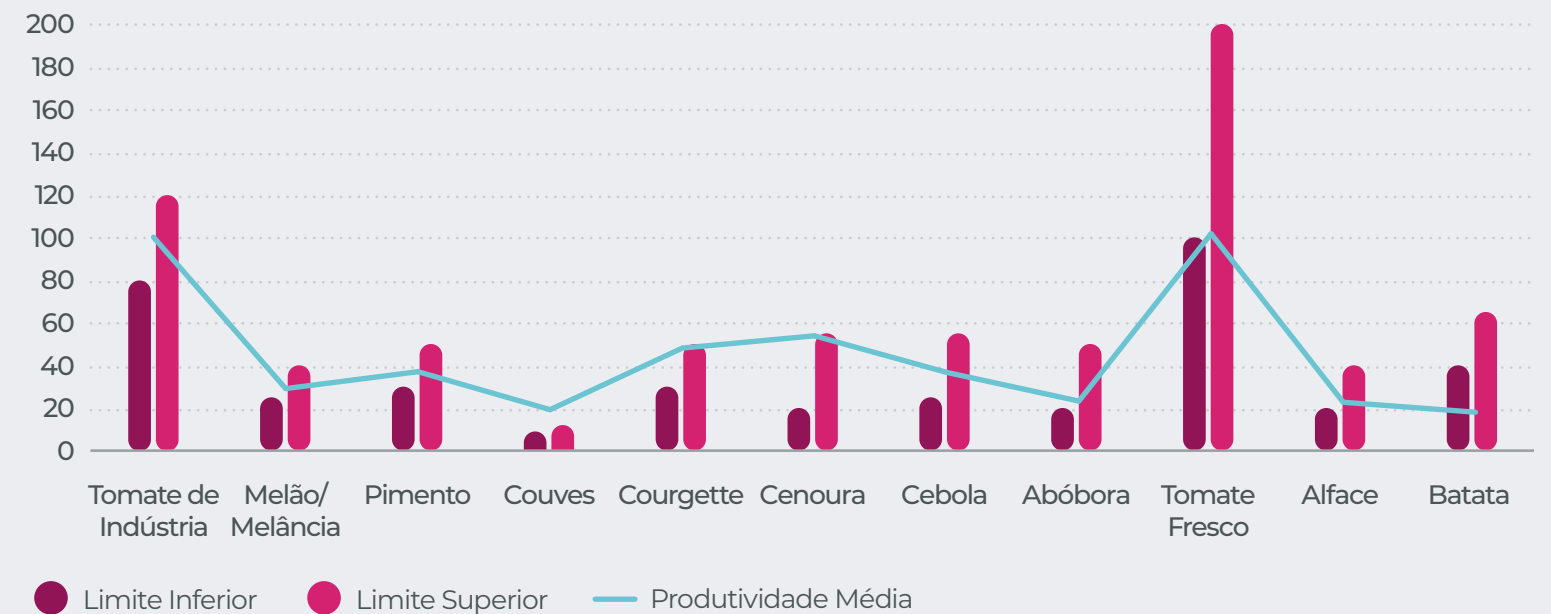
Produtividade Média – Cereais

(t/ha)



Produtividade Média – Hortícolas

(t/ha)



Em relação às restantes hortícolas, o valor médio encontra-se no intervalo criado pelo limite inferior e superior, com especial destaque para o Tomate em Fresco, que pode atingir produtividades muito elevadas em sistemas de produção *inhouse*.

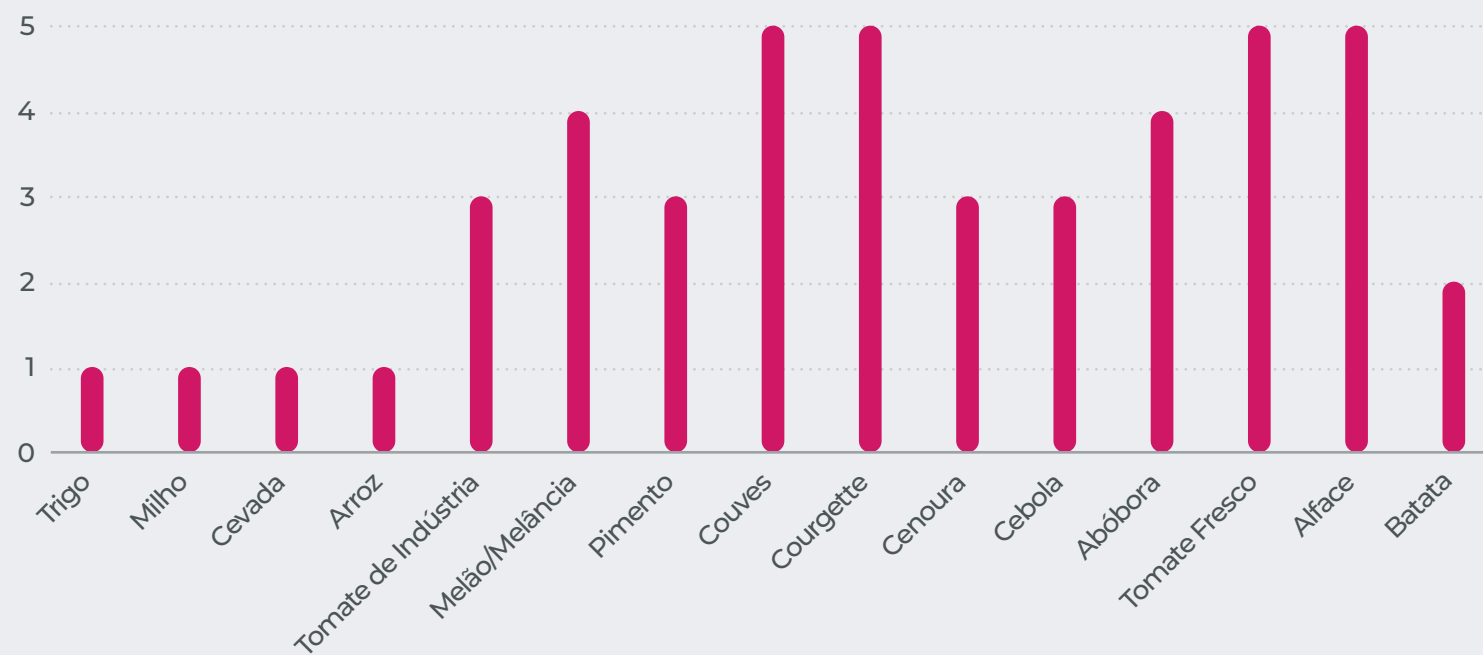
Não foram consideradas as Couves por haver uma grande variedade de espécies diferentes, com produtividades muito distintas como, por exemplo, a Couve Brócolo entre 9 a 12 t/ha, e as Couves de Folha com produtividades a poderem atingir o triplo da Couve Brócolo.

Necessidade de Mão de obra

A mão de obra é um tema preponderante na atividade agrícola, uma vez que se têm verificado cada vez mais problemas de oferta da mesma.

As culturas temporárias são muito distintas no que diz respeito à mão de obra. Os cereais são culturas que, atualmente, são muito pouco exigentes uma vez que já é tudo mecanizado. Quanto às culturas industriais e hortícolas, apesar de existirem algumas menos exigentes, como é exemplo a Batata. Já o Tomate de Indústria, o Pimento, a Cenoura e a Cebola, requerem mais mão de obra por exigirem mais presença ao longo de todo o ciclo. Por fim, as mais exigentes, em termos de mão de obra, são aquelas que exigem apanha manual (nível 4), e aquelas que, além de ser colhidas manualmente, têm várias apanhas ao longo da campanha, classificadas com nível 5.

Necessidades de Mão de obra (Escala)



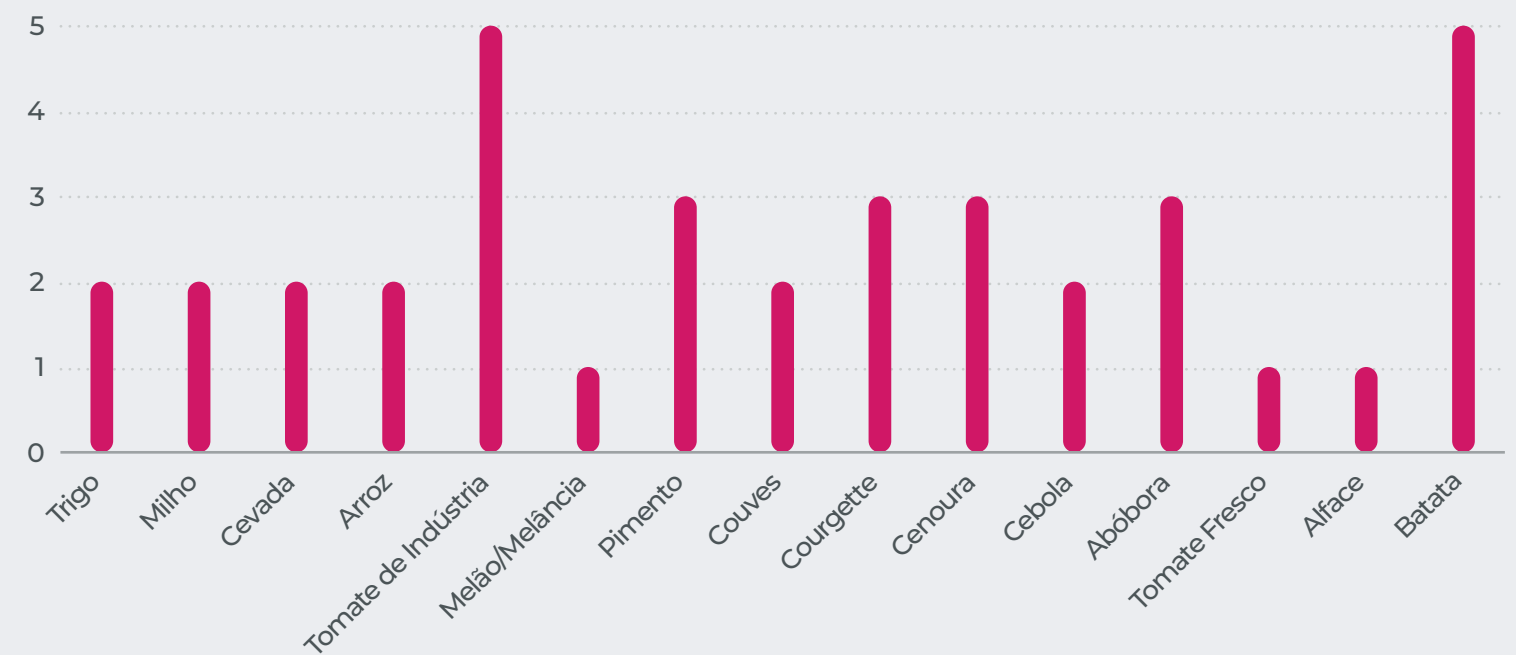
Nível integração com a Indústria

As culturas temporárias têm na sua generalidade, pouca integração com a indústria, com exceção do Tomate de Indústria e da Batata. Atualmente, estas duas culturas estão totalmente integradas na indústria, havendo, na generalidade das situações, contratos entre os produtores e as próprias indústrias.

Relativamente às restantes culturas, apesar de menos integradas, algumas delas ainda conseguem apresentar um nível elevado de integração, como as hortícolas para os preparados congelados.

Os cereais e os produtos para consumo em fresco têm uma integração com a indústria menos presente, sendo praticamente nula no segundo caso, não havendo, por vezes, sequer indústrias associadas. Os cereais têm a particularidade de se comercializarem, na grande maioria das situações, através de organizações de produtores.

Integração com a Indústria (Escala)



Nível de necessidade de Rega

As necessidades de rega são muito variáveis de cultura para cultura e de região para região, uma vez que esta vai depender da evapotranspiração apresentada pelas plantas, bem como da precipitação que recebe. No gráfico abaixo, estão apresentadas, numa escala de 1 a 5, as necessidades de rega das várias culturas temporárias aqui em análise.



As culturas temporárias que dão origem a produtos em fresco, salvo algumas exceções como as culturas de produção de folhas (Alface e Couves), são muito exigentes, uma vez que, geralmente, estão associadas a elevados teores de água.

No caso dos cereais, o Trigo e a Cevada são culturas menos exigentes em termos de rega. Já o Milho e o Arroz são culturas bastante exigentes nesta matéria devido sobretudo ao sistema de produção, no qual são utilizados métodos de rega com eficiências bastante abaixo de outras culturas, tais como o pivot e o alagamento.

Preços

Culturas Temporárias	Preços (€/kg)
Trigo	0,15 – 0,25
Milho	0,18 – 0,25
Cevada	0,16 – 0,28
Arroz	0,35 – 0,50
Tomate de Indústria	0,07 – 0,13
Melão/Melância	0,20 – 0,30
Pimento	0,25 – 0,35
Couves	0,55 – 0,65
Courgette	0,30 – 0,60
Cenoura	0,20 – 0,30
Cebola	0,25 – 0,35
Abóbora	0,20 – 0,35
Tomate Fresco	0,40 – 2,50
Alface	0,45 – 1,30
Batata	0,18 – 0,35

A tabela mostra preços indicativos de cada produto no produtor.

Todos estes preços são valores indicativos, dos quais se tentou excluir os *outliers*, como aconteceu no ano 2022/2023 em alguns produtos, tais como, no Tomate de Indústria, no Arroz, no Milho e na Batata, por exemplo.



Alguns destes produtos apresentam intervalos de preço maiores, não significando que haja uma variabilidade de preços associada. Os preços mais elevados observam-se nos produtos que são para consumo em fresco, onde se destaca o Tomate Fresco, com preços que podem chegar a valores muito superiores aos restantes. O Tomate Fresco tem uma elevada diversidade de variedades. Um exemplo apresenta valores mais baixos, em torno dos 0,5 €/kg, e outras, como é exemplo o Cherry, com preços que já ultrapassaram os 2,5€/kg.

Quanto à variabilidade dos preços, existem culturas mais suscetíveis do que outras. A Batata é uma cultura com uma variabilidade de preços muito grande, pondo em causa, muitas vezes, a sua viabilidade. As restantes hortícolas também têm preços bastante variáveis.

Atualmente, das culturas temporárias aqui em análise, o Tomate de Indústria e a Abóbora são as menos suscetíveis às alterações de preços. Normalmente, os fatores que mais influenciam o preço são a época de colheita, a oferta de produto no mercado, a perecibilidade do mesmo e a integração com a indústria, nomeadamente a contratação formal da produção no momento de instalação da cultura.

Variabilidade de Preços

(Escala)



02.

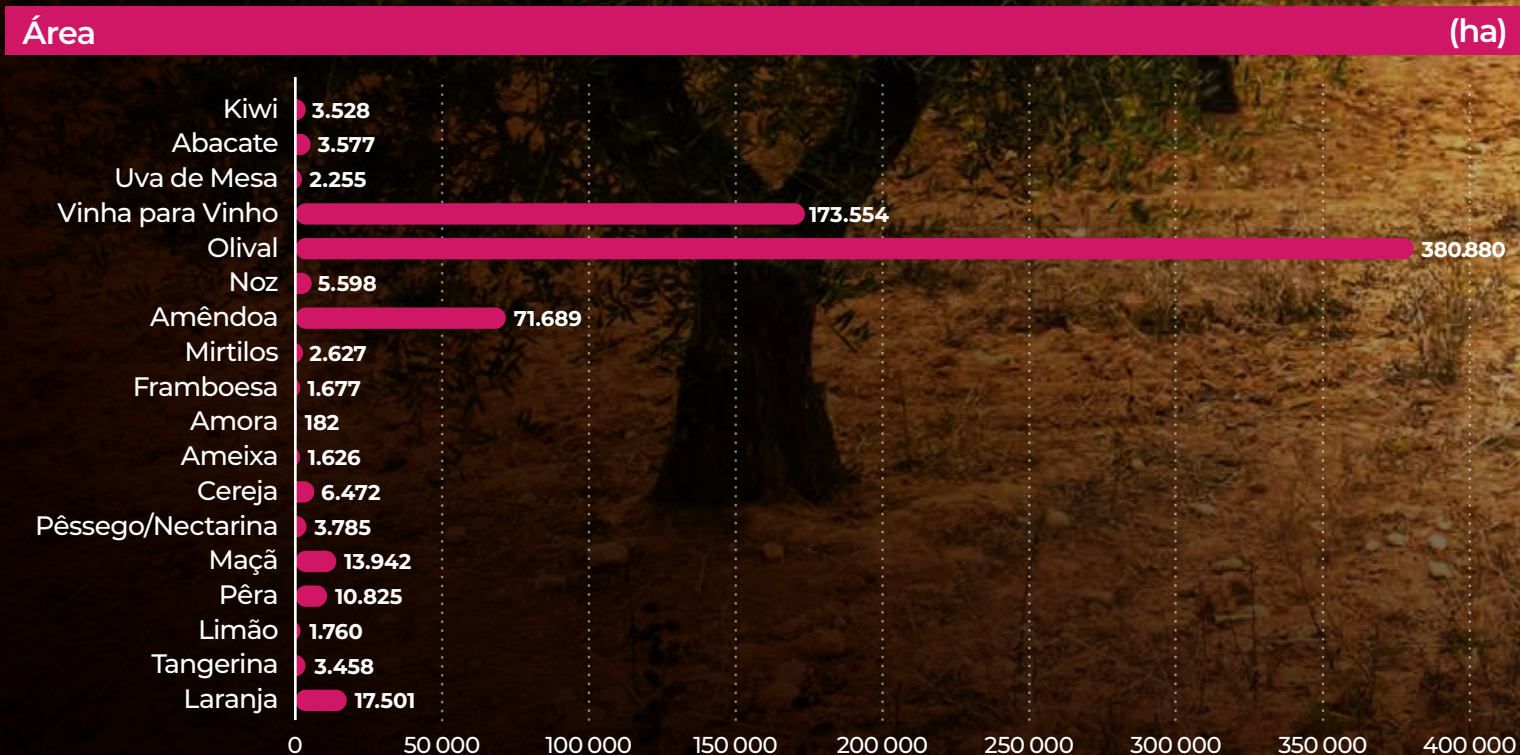
Culturas permanentes

Área

Em 2023, a área de culturas permanentes em Portugal, foi de 764.912 hectares. Nesta abordagem teve-se em conta 18 culturas que, em conjunto, representam 92% da área de culturas permanentes.

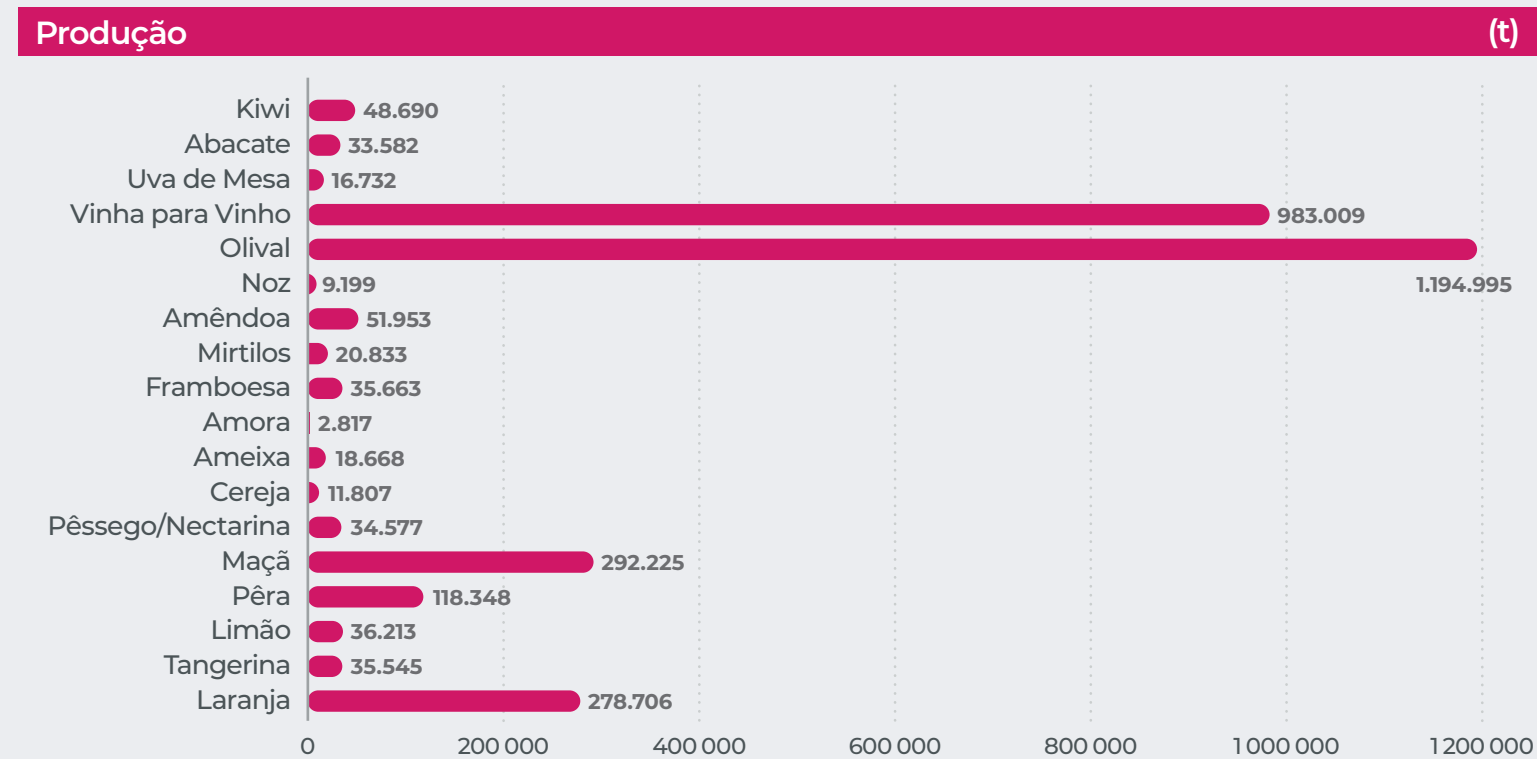
No gráfico é possível observar a importância das diferentes culturas, com principal destaque para o Olival, Vinha para Vinho e Amendoal que, em conjunto, significavam mais de 4/5 da área de culturas permanentes em Portugal: o Olival com 381 mil hectares, a Uva para vinho com 174 mil hectares e o Amendoal com 72 mil hectares.

É de realçar, salvo uma ou duas exceções, não ter havido decréscimos de áreas em culturas permanentes, tendo ocorrido três crescimentos que se destacam: o Amendoal (+12%), as Tangerinas (+26%) e o Abacate (12%).



Produção

Em 2023, Portugal produziu 3,2 milhões de toneladas de produtos com origem nas culturas permanentes, aqui em análise (97% do total).

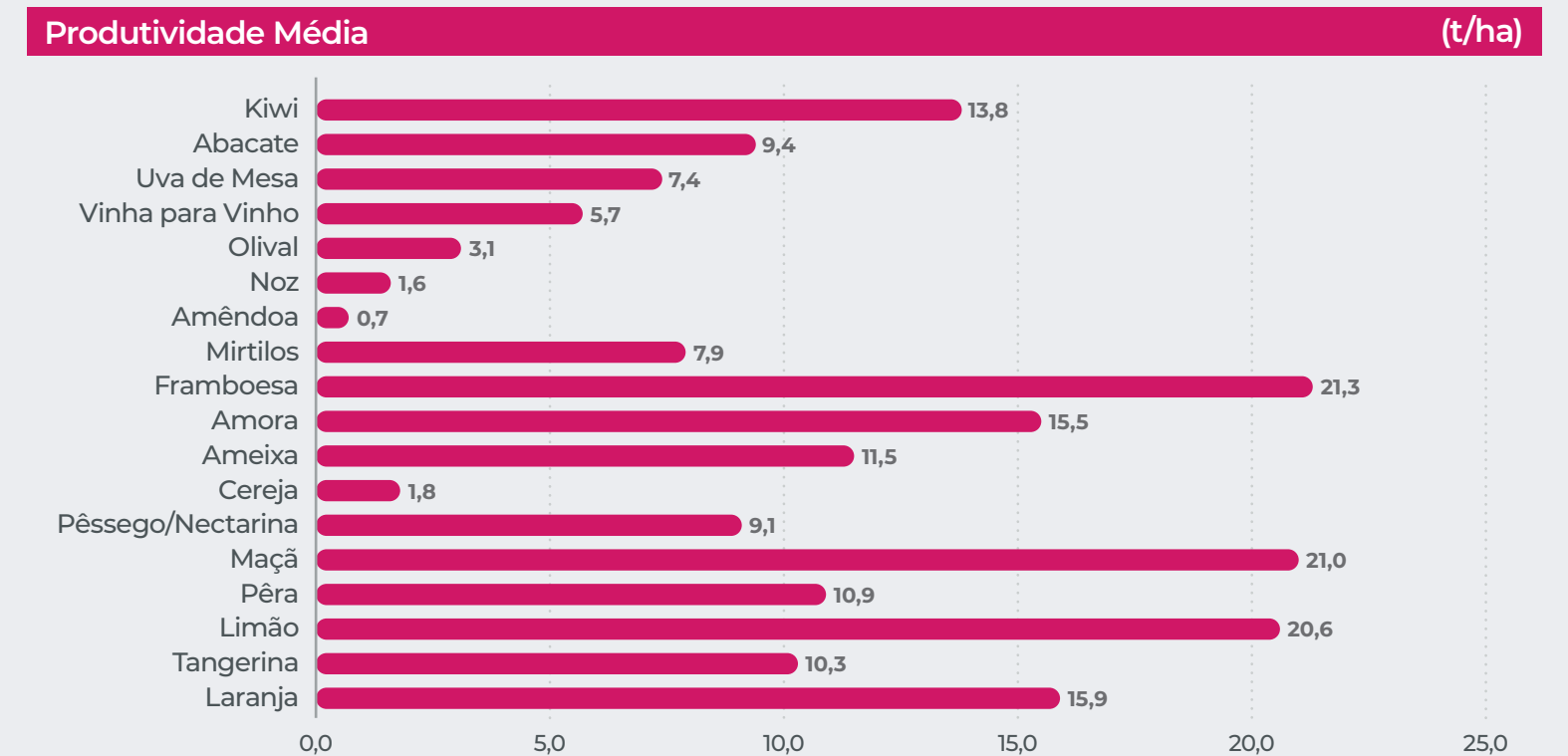


Os valores apresentados não são comparados entre si, uma vez que os produtos em análise têm comportamentos completamente distintos dependendo da cultura, da área produtiva e do seu potencial produtivo.

O Olival e a Vinha para vinho, sobressaem pela sua importância em termos de dimensão física, e a Maçã e a Laranja que, apesar de representarem uma área menor, apresentam produções relevantes devido ao seu potencial produtivo por unidade de área.

Produtividade

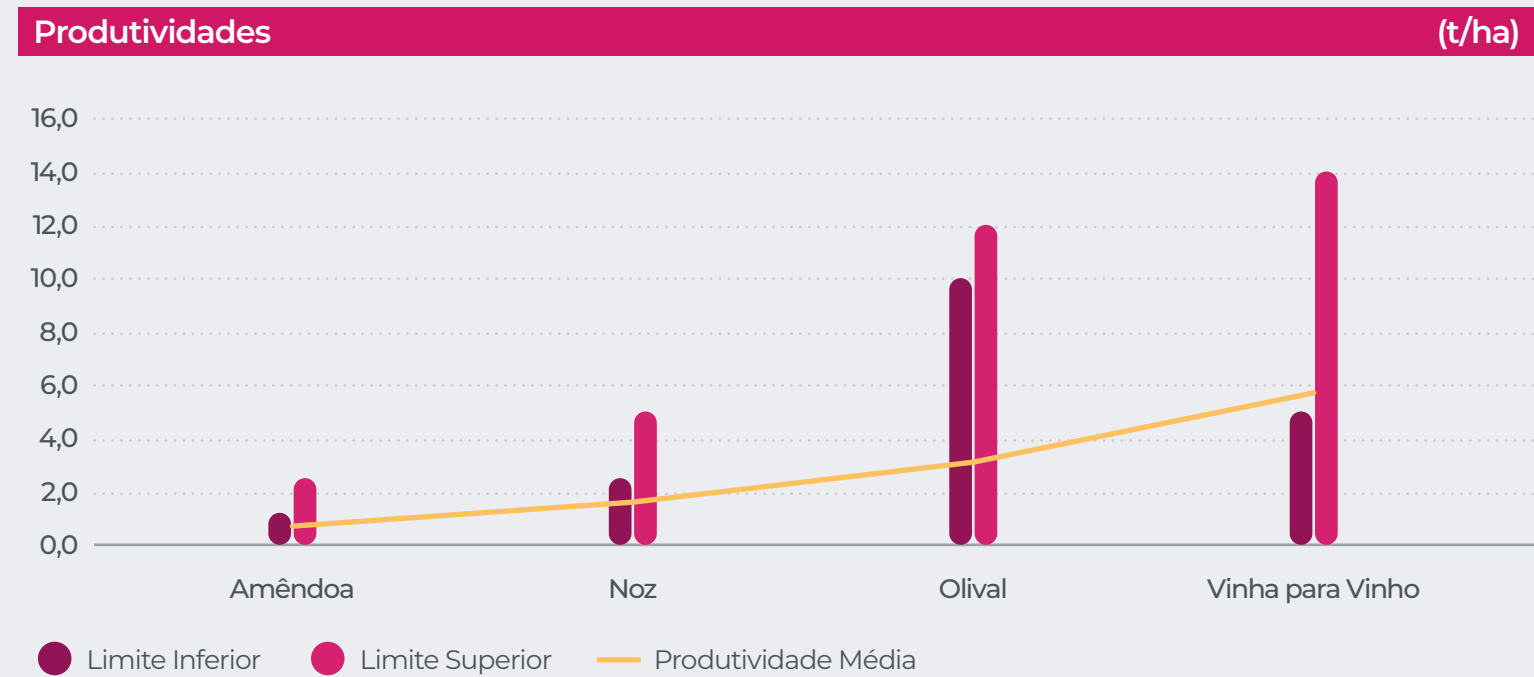
Analisando as produtividades médias atingidas em Portugal, pode-se constatar que são muito variáveis de cultura para cultura, mas não é representativo do potencial da cultura.



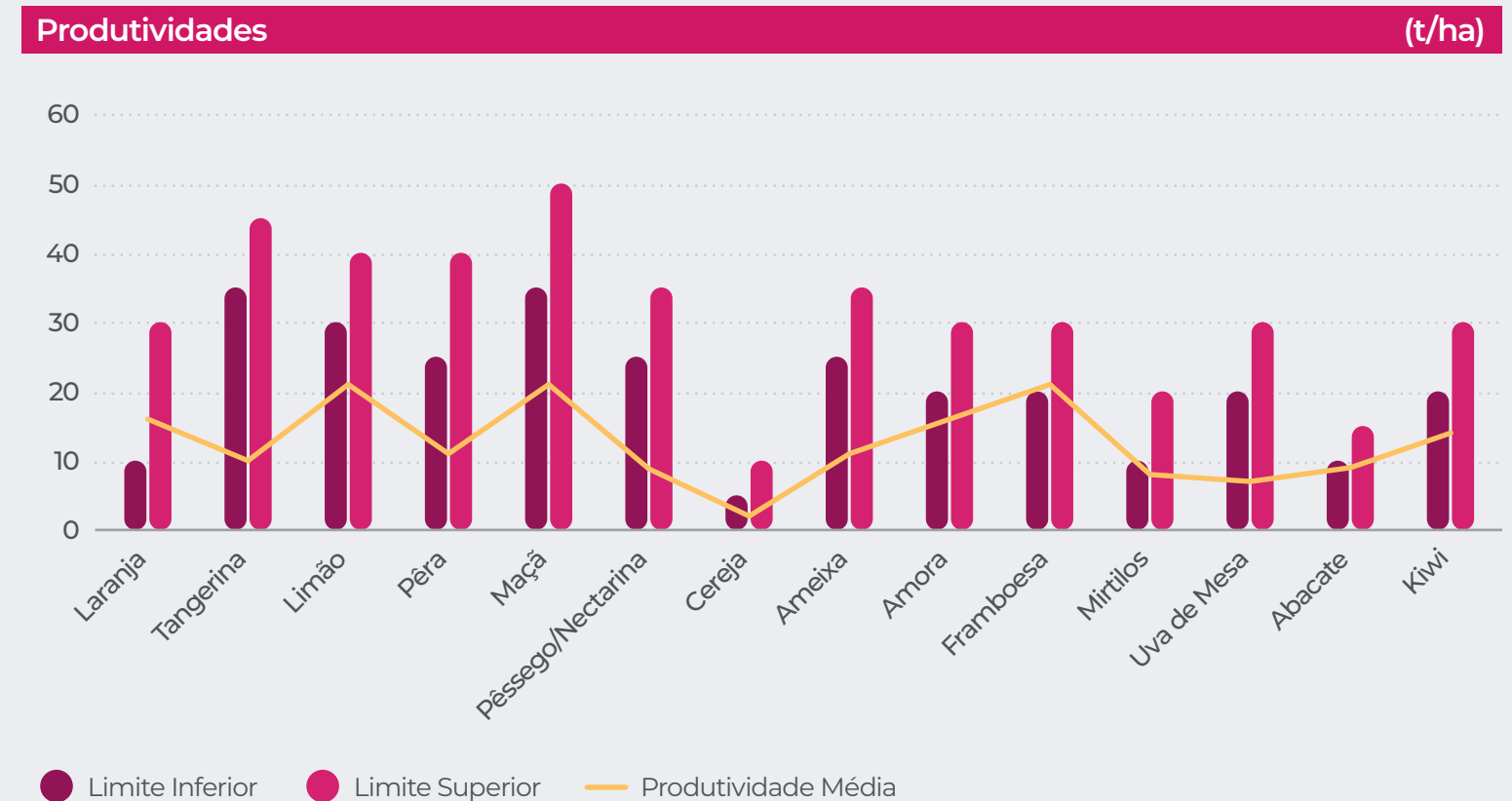
As culturas que mais se destacaram em termos de produtividade, em 2023, foram a Framboesa, a Maçã e o Limão, todas acima das 20 t/ha, seguindo-se a Laranja, a Amora e o Kiwi em torno das 15 t/ha. As Framboesas e as Amoras são culturas que sobressaem, não só pelo seu potencial produtivo, mas também pelo número de ciclos que os sistemas de produção atuais permitem fazer ao longo de um ano civil.

Existem culturas que apresentam produtividades inferiores, mas que não se podem comparar, sendo exemplo as fruteiras de casca rija, como o Amendoal e Nogueiral, uma vez que são produtos que se vendem secos, enquanto que os outros são frutos frescos com teores de água elevados.

Os frutos secos e o Olival deram produtividades inferiores às que se consideram como potencial da cultura. A exceção foi a Uva para vinho, que se encontra ligeiramente acima do limite inferior do potencial. Estes resultados podem-se explicar pela grande importância que os pomares tradicionais ainda assumem e de uma grande parte dos pomares modernos ainda não se encontrar em plena produção.



Relativamente aos restantes frutos frescos, analisados abaixo, com exceção da Laranja e da Framboesa, todos eles apresentaram, em 2023, uma produtividade média nacional abaixo do limite inferior do potencial produtivo considerado para um pomar moderno dessa cultura. Em alguns casos, esse facto pode ser explicado por ter sido um mau ano produtivo, como é o caso da Pêra e da Cereja, tendo sido um ano propício a doenças, pelos efeitos climatéricos adversos ou de contraciclo. Noutras situações, pelo pouco peso que os pomares modernos apresentam relativamente aos novos, como é o caso dos Citrinos.

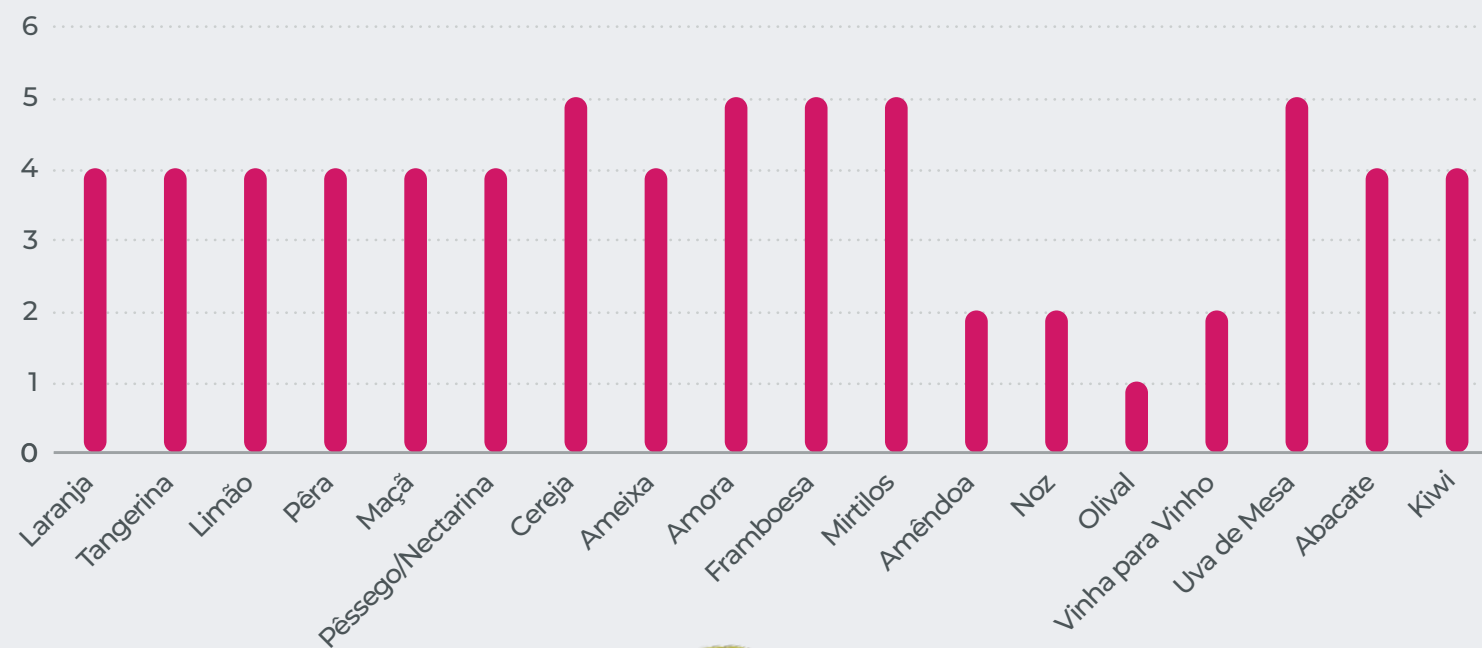


Necessidade de Mão de obra

Tal como acontece com as culturas temporárias, também as culturas permanentes diferem na exigência de mão de obra. Esta diferença prende-se, principalmente, com o tipo de colheita que é possível realizar. No caso das culturas mais exigentes em termos de mão de obra (nível 5), – como a Cereja, Amora, Framboesa, Mirtilos e Uva de mesa –, estamos a falar de produtos bastante perecíveis, de pequena dimensão, de colheita manual e, por vezes, com mais do que uma passagem na mesma planta.

Depois, surgem uma série de culturas ligeiramente menos exigentes de mão de obra, como é o caso dos frutos frescos, no geral. O Amendoal, o Nogueiral, o Olival e a Vinha para vinho, são as menos exigentes, por terem colheita mecanizada. Destas, o Olival, é uma cultura pouco exigente no que se refere a tratamentos, em tudo muito adaptada à mecanização, e praticamente não existem operações manuais ao longo de toda a campanha. As restantes culturas apresentam uma necessidade ligeiramente superior à do Olival, quer seja por terem necessidades de mais tratamentos por campanha, quer seja pela colheita não ser totalmente mecanizada ou não estar totalmente adaptada a este tipo de apanha.

Necessidade de Mão de obra (Escala)



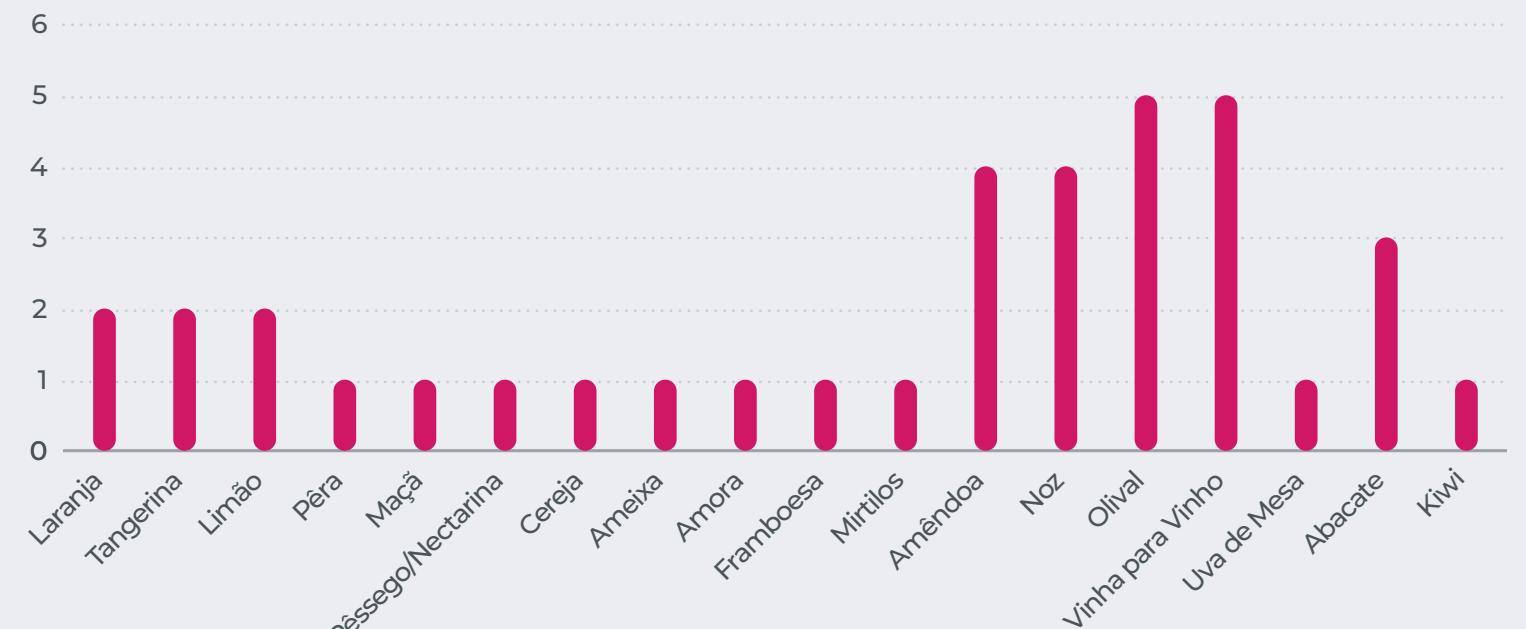
Nível integração com a Indústria

As culturas permanentes, na sua generalidade, têm pouca integração com a indústria por serem para consumo em fresco. Contudo, existem sempre indústrias que fazem, principalmente, o aproveitamento de frutos sem qualidade ou de qualidade inferior e que o mercado de consumo em fresco não valoriza.

No caso do Olival e Vinha para vinho são culturas que estão totalmente integradas com a indústria, pois não funcionariam sem ela.

Já os frutos secos e o Abacate, apesar de existir bastante integração, esta é inferior à que ocorre nas duas culturas anteriormente referidas. Os frutos secos, na maior parte dos casos, são comercializados diretamente entre o produtor e as indústrias, mas existem já algumas organizações de produtores e/ou agregadores que intermedeiam o processo.

Integração com Indústria (Escala)



Nível de necessidade de Rega

Tal como foi referido para as culturas temporárias, as necessidades de rega dependem muito das condições climáticas.

O gráfico abaixo, mostra que, na sua generalidade, as culturas permanentes são exigentes em termos de água, caso se pretenda maximizar o potencial produtivo das mesmas.

Das culturas aqui em análise, destaca-se: a Vinha para vinho, sendo a cultura permanente menos exigente e praticando-se uma grande parte em sistema de sequeiro; o Olival, pela mesma razão, e o Kiwi e a Cereja, por serem, normalmente, produzidos em regiões de elevada pluviosidade.

As culturas com maior necessidade de água são as que se produzem em regiões de menor precipitação e por isso têm elevadas necessidades de água, como é o caso dos Citrinos, Frutos Secos, Uva de mesa e Abacate.

Necessidades de Rega

(Escala)



Preços

Culturas Permanentes	Preços (€/kg)
Laranja	0,30 – 0,40
Tangerina	0,55 – 0,65
Limão	0,25 – 0,35
Pêra	0,35 – 0,55
Maçã	0,30 – 0,50
Pêssego/Nectarina	0,50 – 0,60
Cereja	2,50 – 5,00
Ameixa	0,30 – 0,70
Amora	5,50 – 7,50
Framboesa	6,00 – 7,00
Mirtilos	3,00 – 5,00
Amêndoa	2,80 – 6,00
Noz	2,50 – 3,50
Olival	0,35 – 0,60
Vinha para Vinho	0,40 – 0,50
Uva de Mesa	2,00 – 2,50
Abacate	2,00 - 2,50
Kiwi	0,70 – 1,00

A tabela apresenta preços indicativos de cada produto no produtor. Todos estes preços são valores indicativos, de onde se tentou excluir os *outliers*.

Os preços mais elevados observam-se nos Frutos Vermelhos, na Cereja, no Abacate e na Uva de Mesa. Os Frutos Secos, apesar de terem preços elevados por kg, são culturas que, por natureza, têm produtividades inferiores, não sendo por isso comparáveis aos atrás indicados.

Todos os outros produtos têm preços entre os 0,25 e os 0,70 €/kg, havendo uma maior variabilidade inter e/ou intra-anual que outros.

A variabilidade dos preços é um tema bastante importante neste tipo de culturas. As culturas que apresentam maior variabilidade de preço são os Frutos Vermelhos e a Cereja, principalmente durante a campanha. Isto fica a dever-se às exportações, uma vez que, normalmente, os preços são bastante mais interessantes quando os outros países produtores ainda não iniciaram as colheitas.

Os restantes frutos frescos, na sua generalidade, também oscilam os preços ao longo da campanha, mas com muito menores variações comparativamente às culturas anteriores. Os Frutos Secos apresentam uma variabilidade de preços diferente das anteriores, sendo principalmente interanual, com anos melhores que outros, principalmente dependentes de outras geografias produtoras que, normalmente, têm uma influência grande nos preços.

Atualmente, as culturas menos suscetíveis a variações de preços são a Uva para Vinho, o Olival, a Pêra e a Maçã, que, ao longo dos anos, salvo algumas situações muito pontuais, têm-se mantido muito estáveis.

Variabilidade de Preços (Escala)



PORTUGAL 2030

“Ir com tudo”

É agora. Passe das palavras à ação.



Conte com o Millennium na candidatura ao Portugal 2030 e aumente a competitividade, inovação e sustentabilidade da sua empresa.

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas

03.

Estatísticas Agrícolas 2023

Produção Vegetal

Cereais

A campanha 2022/2023 foi muito marcada pela seca severa, sendo a pior campanha para todas as espécies cerealíferas, tanto em termos de área como de produtividades. na generalidade dos cereais para grão de outono-inverno.

Pêra

118 mil toneladas
(- 11%)

Novo decréscimo da produção anual, sendo a pior campanha desde 2012, devido às condições meteorológicas adversas e à intensificação do aparecimento de doenças.

Tomate Indústria

1,69 milhões de toneladas
(+ 19%)

Foi a segunda campanha mais produtiva de sempre, fruto das produtividades e do aumento da área de produção.

Cereja

11,8 mil toneladas
(- 52%)

Grande decréscimo da produção face ao ano de 2022, fortemente afetado pelas condições climáticas adversas.

Laranja

278,7 mil toneladas
(- 26%)

Decréscimo acentuado, fruto da seca severa na região do Algarve.

Azeite

Foi a segunda campanha oleica mais produtiva de sempre, ligada a um momento de preços elevados.

Vinho

7,4 milhões de hectolitros

Maior produção de vinho desde 2001.

Produção Animal

Carne de Bovino, Suínos, Ovinos e Caprinos

468 mil toneladas
(- 4,3%)

Sofreu uma redução.

Carne de Capoeira

421 mil toneladas
(+ 2,7%)

Registou um crescimento, e foi a mais consumida por habitante.



Produção Florestal

Incêndios

7 562 incêndios
39,7 mil hectares
de área ardida, em 2023

O número de incêndios rurais e de área ardida diminuiu significativamente, em comparação com 2022, sendo o terceiro ano menos severo da última década.



Produtos Fitofarmacêuticos

Fertilizantes

+ 38,6%

O consumo, aparente, de fertilizantes cresceu, justificado, em grande medida, pelo decréscimo do índice de preços dos fertilizantes.

Fitofarmacêuticos

- 5,7%

Face a 2021, houve uma redução, tendo sido vendidas **9,1 mil toneladas** de substâncias ativas de produtos farmacêuticos.

Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco

Vendas

17 mil milhões
de euros
(+ 8%)

Cresceram, significando um peso de **16,5%** da produção da industrial nacional.

Destino

77,4% Nacional
16,9% União Europeia

Comércio internacional

Balança comercial agrícola e agroindustrial

5.512,7 milhões
de euros

Aumento do défice dos produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas).

650,4 milhões
de euros

de excedente de bebidas

Tendo diminuído o défice das bebidas.

Balança comercial florestal

2.923,7 milhões
de euros

Registou um decréscimo, atingindo um excedente, com a cortiça e o papel e cartão a serem os primeiros responsáveis.

Balanço de aprovisionamento

Carne

75,4%
(decrécimo)

Produtos lácteos

94,6%
(decrécimo)

Cereais (exceto arroz)

18%
(decrécimo)

Frutos

73,3%
(crescimento)

Azeite

198,6%
(decrécimo)

Vinho

108,9%
(decrécimo)

CAP Fileiras Agrícolas à Lupa

O ano 2023 foi um dos anos de maior produção de vinho em Portugal, fruto das condições favoráveis e do resultado de anos consecutivos de melhoria das vinhas, através do programa Vitis. Os stocks são elevadíssimos.

A situação a nível mundial em termos de consumo tem vindo a demonstrar uma tendência de diminuição consistente, o que provoca o aumento dos *stocks*, tanto a nível mundial como também a nível nacional. No caso português a situação ainda se agrava devido ao facto de Portugal ser o quinto maior importador de vinho a granel do mundo.

A soma destes dois fatores, aumento de produção e importação, provocam *stocks* elevadíssimos e consequente diminuição do preço do vinho a granel.

Mas Portugal não tem excesso estrutural de produção. A nossa produção anual atinge cerca de 700 milhões de litros e o nosso consumo é de 600 milhões de litros, embora o ano passado tenha decrescido face ao ano anterior em cerca de 50 milhões. Exportamos 320 milhões, por isso é sempre necessário importar vinho para que o nosso país satisfaça as suas necessidades de consumo e de exportação. O que não é necessário é importar as quantidades que se têm verificado nos últimos anos e que em 2023 atingiu os 300 milhões de litros, aproximadamente o dobro do que o país necessita.

É muito importante concretizar-se um esforço bem direcionado que vise o aumento das nossas exportações, mas com a consciência

de que, dadas as restrições impostas, não parece provável que venha a existir um aumento do consumo de vinho a nível global, pelo que terá que se encontrar, simultaneamente, formas estruturais de resolver a situação em que se encontra o setor do vinho em Portugal. Num mercado aberto como aquele em que nos inserimos têm de ser tomadas medidas que garantam que o consumidor não é induzido em erro, nomeadamente através de uma rotulagem obrigatória eficaz e de uma fiscalização efetiva, pensando estar a consumir vinho português quando realmente está muitas vezes a consumir vinho estrangeiro. É que o problema, reitero, não se deve a um excesso de produção, mas sim a um excesso de importação.

No setor do Azeite, o ano 2023 foi o segundo melhor ano em produção de azeite e o preço foi também dos mais elevados de sempre.

Efetivamente, em 2023, registou-se a segunda maior campanha de azeite de sempre em Portugal, sobretudo fruto dos novos olivais de regadio que, atualmente, existem e entraram em produção no regadio de Alqueva, assim como uma campanha que decorreu sem grandes sobressaltos a nível meteorológico. No entanto, a campanha não foi homogénea em todo o país, sobretudo devido à seca persistente. Em Trás-os-Montes e Beiras, em que o olival é predominantemente de sequeiro, as produções foram inferiores às que se verificam normalmente.

A produção nacional de azeite foi de cerca de 160 mil toneladas, alavancada em cerca de 80% pelo Alentejo.

O aumento do preço do azeite nada teve que ver com a produção nacional, dado o nosso peso reduzido no mercado mundial, mas prende-se com a conjugação de dois fatores diferentes: a persistente subida dos fatores de produção e, sobretudo, o efeito de dois anos consecutivos de seca em Espanha, o maior produtor mundial deste produto. Com efeito, as produções de azeite no país vizinho, em 2022 e 2023, foram, respetivamente, cerca de 55% e 50% inferiores à produção de 2021, ano em que rondou as 1500 mil toneladas de azeite, podendo considerar-se uma “produção de cruzeiro” neste país. Esta redução drástica de azeite no mercado mundial refletiu-se imediatamente ao nível dos preços, com inevitáveis consequências para os consumidores que viram assim o preço médio do azeite vendido na União Europeia crescer em cerca de 50% no último ano.

Para a produção de cereais 2023 foi o pior ano, e por isso terá que se pensar o que fazer para estancar esta perda.

Nos últimos 20 anos, a área total de cereais decresceu cerca de 350 mil hectares (- 56%), 124 mil hectares dos quais na última década. Só no último ano, a área total de cereais viu-se reduzida em 11 mil hectares (- 4%);

Portugal tem historicamente um grau de autoaprovisionamento baixo em cereais, que é atualmente de cerca de 18%, sendo de 4% no caso do trigo mole e de 25% no caso do milho grão. Em alguns casos, a crescente exposição do nosso país à importação de cereais expõe-nos à dependência de países com elevada instabilidade política e comer-

cial e não contribui para a desejada soberania alimentar da União Europeia, condição *sine qua non* da sua autonomia estratégica.

Em muitas regiões de Portugal não existem quaisquer alternativas às culturas cerealíferas, pelo que as mesmas se afiguram determinantes para a necessária coesão do território. Para que esta situação se atenuar, é necessário:

- a)** que a revisão do atual PEPAC, agora em curso, seja uma oportunidade para melhorar a distribuição de valores alocados ao pagamento ligado aos cereais, tendo em conta a atual realidade geopolítica a nível mundial;
- b)** criar uma medida que permita fomentar a Agricultura de Precisão, apoiando os agricultores aderentes e os técnicos das suas Organizações;
- c)** agilizar o processo de controlo de densidades de certas espécies cinegéticas, como é o caso do javali, que ao destruir inúmeras culturas inviabiliza a agricultura, nomeadamente de cereais, em vastas áreas de minifúndio do nosso país;
- d)** reforçar as medidas de segurança no mundo rural e garantir a aplicação de penas dissuasoras para os responsáveis pelos roubos e destruições, ocorrências que têm vindo a crescer desde há vários anos;
- e)** um empenho efetivo, a nível europeu, na manutenção de algumas substâncias ativas de proteção das culturas, para as quais não existem alternativas eficazes, determinantes para a competitividade técnica e ambiental deste setor.

Portugal é conhecido pela sua rica produção agrícola, especialmente em vinho, azeite e cereais. Somos um dos maiores produtores de vinho do mundo e somos autossuficiente em azeite desde 2014. Já a produção de cereais em Portugal tem enfrentado desafios, registando algumas oscilações nos últimos anos.



Álvaro Mendonça e Moura
Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal

CONFAGRI

O Setor Agroalimentar Nacional: Números, Conclusões e Necessidades



As Estatísticas Agrícolas de 2023, recentemente publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), vêm confirmar que o sistema agroalimentar nacional tem vindo a sofrer alterações significativas ao longo dos tempos, sobretudo nos setores do vinho, do azeite, dos cereais e da gestão dos recursos hídricos.

O setor do vinho, por exemplo, tem sofrido uma reestruturação profunda desde a integração de Portugal na União Europeia, data a partir da qual é possível observar uma redução da área total plantada e uma melhoria substancial da qualidade e estabilização relativa da quantidade produzida, que nos últimos 10 anos se tem centrado entre os 6,5 e os 7,5 milhões de hectolitros. Ademais, também o início deste milénio ficou marcado com a emergência dos produtores engarrafadores, uma reestruturação do setor cooperativo, que representa, atualmente, perto de 40% da produção total, e um aumento considerável da internacionalização, com quase 930 milhões de euros de exportações em 2023.

Após mais de duas décadas de relativa estabilização, o setor do vinho enfrenta, hoje, uma conjuntura de mercado difícil, sobretudo em resultado da redução da procura nos mercados da Rússia, Ucrânia e países vizinhos. Situação esta que se exprime em *stocks* excedentários por toda a União Europeia.

No caso de Portugal, o desequilíbrio deve-se, essencialmente, a um aumento inusitado das importações de vinho de mesa a granel, proveniente de Espanha, que nos últimos 10 anos quase que duplicaram.

Contudo, como vivemos numa União Europeia (UE) de mercado único, em que não existem barreiras ao livre-trânsito de mercadorias entre Estados-membros, não faz qualquer sentido tomar medidas de gestão conjuntural do mercado ou medidas estruturantes com impacto futuro no equilíbrio do mercado, ao nível nacional. Só farão sentido e terão eficácia se tomadas ao nível do todo que é a UE e a sua Política Agrícola Comum.

É neste contexto que considero da maior relevância a decisão já tomada de uma operação de destilação de crise para equilibrar o mercado a curto prazo e evitar a descida drástica do preço das uvas nesta campanha. Lamento, porém, que a verba afeta a tal medida tenha sido consideravelmente abaixo do que foi permitido pela Comissão Europeia e, como tal, insuficiente para o cumprimento do objetivo fundamental de limpar os excedentes.

Considero também que, no futuro, se impõe três tipos de medidas essenciais:

Primeiramente, urge fiscalizar o percurso dos vinhos importados, para se saber, rigorosamente, para que empresas vão e se é possível fazer, a partir daí, o controle das contas correntes e da rastreabilidade. Impõe-se para isso uma cooperação muito estreita e exigente entre a Autoridade Tributária, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), coisa que, ao que sabemos à data, não está a acontecer em condições satisfatórias.

Posteriormente, importa rever o regulamento da rotulagem para que o consumidor saiba com clareza a proveniência do vinho que está a adquirir.

Por último, será importante criar um Observatório do Mercado do Vinho, um instrumento fundamental para a gestão das empresas do setor, capaz de fornecer elementos informativos essenciais sobre preços, mercados e concorrência. Trata-se de uma ferramenta de trabalho que deve ser sedeada na VINI PORTUGAL, mas que deve ter financiamento público, atendendo à sua natureza e razão de ser.

Olhando para o setor olivícola, o ano 2023 foi o segundo mais produtivo de sempre, ainda que acompanhado do preço mais alto praticado até hoje no mercado nacional.

As novas plantações de olivais de regadio, em copa e em sebe, efetuadas maioritariamente na zona do perímetro de rega do Alqueva, têm vindo a entrar progressivamente em produção, e sendo olivais de elevada rentabilidade têm vindo a contribuir de forma decisiva para o aumento da produção nacional.

Atendendo que 2023 foi um ano de safra, em que os olivais tradicionais de sequeiro também obtiveram boas produções, Portugal conseguiu obter uma produção de 160,8 mil toneladas, o que corresponde, como já foi referido, à segunda maior campanha oleícola de sempre.

Ainda assim, há que lembrar que o preço do azeite em Portugal é influenciado, em grande medida, pelo mercado espanhol que, como sabemos, além de ser o maior produtor mundial, era tradicionalmente responsável por 75% da produ-

ção europeia e 50% da produção mundial. Uma vez que as duas últimas campanhas do país vizinho foram marcadas por um longo período de seca e de temperaturas elevadas, o desenvolvimento dos frutos foi prejudicado o que provocou quebras de produção acentuadas e a consequente diminuição acentuada dos *stocks* existentes.

Esta quebra de produção conjugada com a diminuição de *stocks*, mas também com uma subida exponencial do custo dos fatores de produção, provocou um aumento do preço do azeite neste país e consequentemente no resto do Mundo.

Ainda que o aumento do preço deste produto tenha feito retrair muito o consumo, só é previsível que exista uma descida significativa quando Espanha voltar a ter uma boa campanha produtiva que permita reequilibrar os *stocks* existentes.

No que respeita às fileiras dos cereais, é inegável que sofreram impactos consideráveis ao longo dos últimos anos. Efetivamente, na sequência da crise sanitária da pandemia por COVID-19, o ano 2022 caracterizou-se por uma redução generalizada dos *stocks* de diversos cereais, muitas vezes em consequência da disrupção de algumas cadeias logísticas. Estes factos, agravados pelos impactos da guerra na Ucrânia, provocaram uma subida muito significativa nos preços de todos os cereais, tendo atingido valores recorde ao longo do ano 2022, o que não é de surpreender se somarmos a estas realidades o facto da campanha dos cereais para grão de outono/inverno 2022/23 ter sido, em boa medida, muito marcada pela seca severa da primavera, tendo sido a pior de sempre para todas as espécies cerealíferas em termos dos decréscimos de áreas cultivadas e de produtividades.

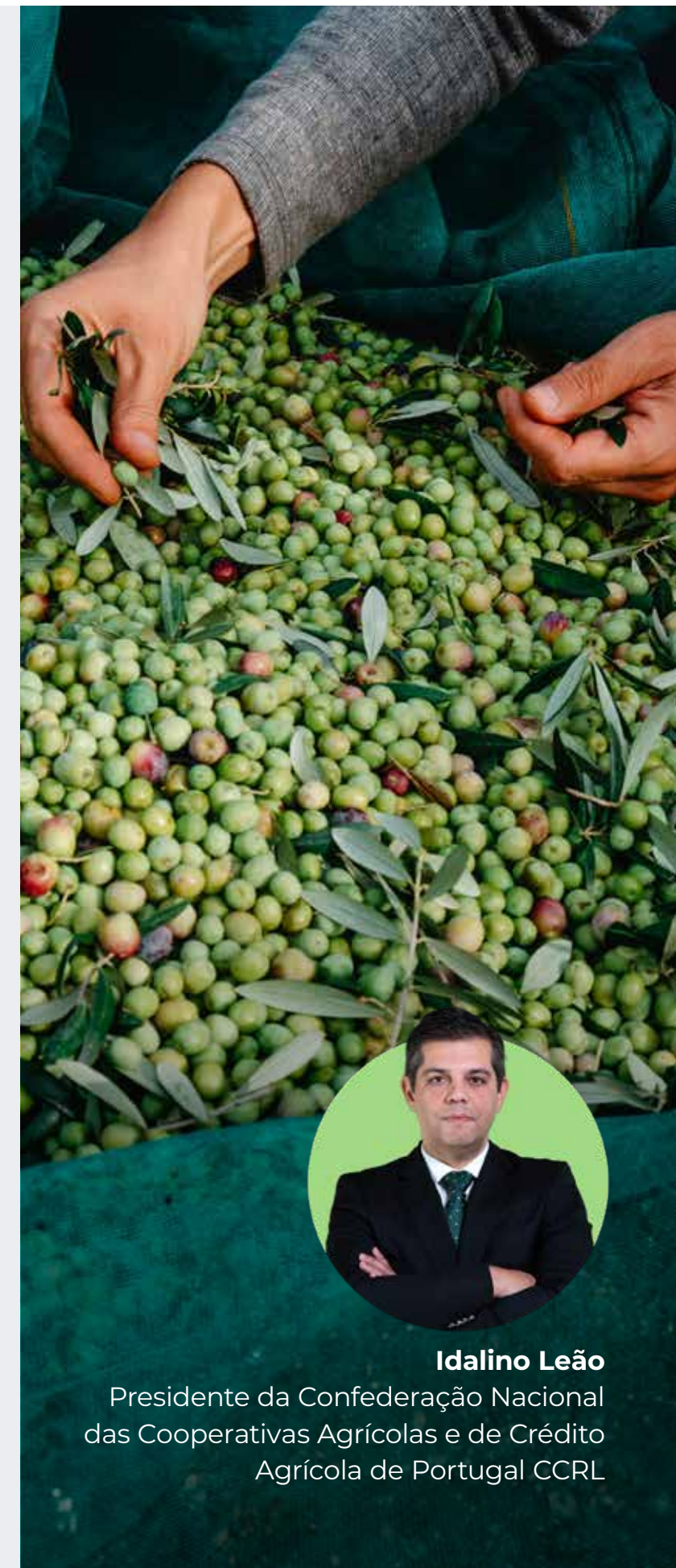
Relativamente ao milho o autoaprovisionamento, de acordo com o INE, tem sido relativamente constante, na ordem dos 25% (entre as campanhas de 18/19 e 22/23, teve um valor máximo de 26,5% e mínimo de 23,7%, de acordo com os dados do INE), dependemos por isso das importações.

Desde 2023 que existe em Portugal um apoio por hectare à produção de cereais no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), desde que comercializados por organizações de produtores, mas os valores provisórios de área cultivada de milho, em 2023 e 2024, são ainda inferiores aos dos anos anteriores (dados Eurostat).

Esta dependência do exterior é particularmente relevante para a alimentação animal, pois cerca de 70% da produção nacional de cereais destina-se a esse fim. Uma vez que a alimentação animal no nosso país tem uma forte dependência das importações, nomeadamente em relação aos cereais, mas não só, o aumento da produção de cereais em Portugal é, por isso, urgente, visando a redução da dependência exterior.

Nos últimos anos, as dificuldades derivadas da escassez de água têm sido flagrantes, pelo que se impõe também atuar a esse nível.

A CONFAGRI tem defendido o apoio a medidas de contenção e armazenamento das águas das chuvas de forma a aliviar os problemas crescentes da seca. Por outro lado, ao nível das ajudas, seria de todo justo equiparar a ajuda existente para o milho silagem (120€/hectare) à estabelecida para o milho grão (200€/hectare), promovendo por esta via as fontes de abastecimento próprio para a alimentação nacional.



Idalino Leão

Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e de Crédito Agrícola de Portugal CCRL

Banco oficial de quem faz crescer a **Agropecuária**



O Millennium bcp marcou presença na 10.ª edição da AgroSemana - Feira Agrícola do Norte, na Póvoa de Varzim, que decorreu entre 29 agosto e 1 setembro. Demos a conhecer as soluções que temos para fazer crescer o seu negócio. Visite-nos numa sucursal ou em millenniumbcp.pt para saber mais.

Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas

AGROSEMANA 2024

Espaço Agroalimentar com a marca Millennium

ESPAÇO
AGROALIMENTAR
Millennium



A AgroSemana – Feira Agrícola do Norte, decorreu de 29 de agosto a 1 de setembro, na Póvoa de Varzim, e o Millennium bcp foi mais uma vez o patrocinador oficial do Espaço Agroalimentar, assumindo uma participação ativa no certame e reforçando a proximidade com clientes e empresas do setor.

Na 10.ª edição desta feira, na qual passaram mais de 85 mil pessoas, a marca 'Millennium' apresentou-se com um *stand* próprio onde todos os dias recebeu os clientes convidados, voltando desta forma a contribuir para a demonstração da vitalidade e resiliência do mundo rural do norte de Portugal.

A AgroSemana surgiu em 2013, como um evento técnico-profissional, orientado exclusivamente para as Cooperativas Associadas e os Produtores de Leite AGROS, tendo aberto, pela primeira vez, as suas portas ao público visitante em 2014, no Espaço AGROS, com o objetivo de afirmar e valorizar o setor agropecuário. Desde então a organização foi ganhando essa aposta e o evento cresceu exponencialmente, tendo alargado o âmbito das suas mostras, consolidando a iniciativa como uma das principais referências atuais do setor primário nacional e do setor agroalimentar.

FACTORING E CONFIRMING

Adianta sempre vir ao Millennium

Adiante o recebimento das suas faturas e o pagamento aos seus fornecedores.

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas

Com o apoio do Millennium bcp, ANPROMIS promove debate: “A evolução da agricultura portuguesa nos últimos 60 anos”

A ANPROMIS (Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo) promoveu uma ‘Conversa’ que teve como ponto de partida um estudo de Francisco Avillez, professor catedrático emérito do Instituto Superior de Agronomia (ISA) e coordenador científico da Agro.ges, sobre a “A evolução da agricultura portuguesa nos últimos 60 anos”.

A apresentação do estudo foi seguida de uma mesa-redonda que contou com a participação de personalidades relevantes para o setor, ao longo das últimas décadas, designadamente: Fernando Gomes da Silva, ministro da agricultura entre 1995-1998, Fernando Oliveira Baptista, ministro da agricultura em 1975, Joaquim Pedro Torres, empresário agrícola e Pedro Brinca, da NOVA SBE.

Esta iniciativa, à qual o Millennium bcp se associou, encheu o Salão Nobre do ISA, onde decorreu o debate com os intervenientes da mesa-redonda, moderado pelo jornalista Vitor Andrade, do jornal Expresso, sendo consensual o destaque dado à dinâmica e à evolução que a agricultura nacional foi capaz de desenvolver nos últimos anos.



LEASING MOBILIÁRIO

A economia Portuguesa conta consigo, saiba que pode contar connosco.

Leasing Equipamentos é no Millennium bcp.

O investimento das PME's é a base de crescimento da economia nacional. E por esse motivo, queremos que saiba que dispomos das soluções adequadas à continuidade do negócio e incremento de competitividade.

O Leasing é uma excelente alternativa à aquisição de equipamentos necessários à atividade.

Millennium
bcp Empresas

FATACIL 2024

Conferência “ESG – Ambiente e Sustentabilidade” conta com participação do Millennium



No âmbito da FATACIL – Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), promoveu a conferência “ESG – Ambiente e Sustentabilidade: desafios atuais e futuros para o Agroalimentar”, que decorreu no Convento de São José.

A área da sustentabilidade, que tem alavancado uma progressiva atenção no universo corporativo, orientada para a implementação do conceito ESG (*environmental, social and corporate governance*) nas empresas, de uma forma geral, e do setor agroalimentar, em particular, foi o desafio essencial para a realização desta conferência.

Dividida em dois painéis, “ESG e Agricultura: Implicações e oportunidades” e “ESG – O papel das instituições financeiras”, contou com as intervenções do INIAV (Georgete Félix) e da Universidade do Algarve (Luís Serra Coelho), no primeiro painel, e com a participação de representantes do BPI (Miguel Montenegro Silva) e do Millennium BCP (Vasco Cunha), no segundo painel.

Terminou com a mesa-redonda “ESG | Adaptação e desafios para o setor agrícola do Algarve num contexto de alterações climáticas”, que juntou as participações da FEDAGRI – Federação de Agricultura do Algarve, AHSA – Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur, Confagri CCRL, CNA – Confederação Nacional da Agricultura e AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal.

A 43.ª edição da FATACIL decorreu de 16 a 25 de agosto, em Lagoa, e voltou a ser o principal palco do Algarve, reunindo cerca de 700 expositores, um cartaz com dezenas de espetáculos musicais, centenas de pontos de interesse, culminando com uma presença nunca atingida ao superar os 200 mil visitantes.



A informação contida nesta newsletter tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim, e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta newsletter foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. (“Millennium bcp”). As perspetivas e tendências indicadas nesta newsletter correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta newsletter. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta newsletter, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta newsletter, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta newsletter não é permitida sem autorização prévia.

Millennium
bcp Empresas

91 850 45 04 • 93 050 45 04 • 96 150 41 26 (chamada para rede móvel nacional) • + 351 21 004 24 24

(chamada para rede fixa nacional) • Atendimento personalizado disponível todos os dias das 08h às 22h, hora de Portugal Continental.

O custo das comunicações depende do tarifário acordado com o seu operador. Banco Comercial Português, S.A.; Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto; Capital Social: 3.000.000.000 euros; Número único de matrícula e de identificação fiscal: 501525882 (Conservatória do Registo Comercial do Porto).